

Vergonha na cara, já

MAURO CHAVES

Ante a recessão brutal, a quebra de moral geral, o desemprego em massa e demais estragos da política econômica do governo Collor, assim como em vista da corrupção desenfreada na administração pública federal, do avanço no bolso do contribuinte e da revoltante insensibilidade dos que só conseguem usar o poder em benefício próprio, mobilizam-se setores da sociedade que não conseguem facilmente "mudar de ramo" nem assegurar a própria sobrevivência abrindo botequins ou armazéns de secos e molhados, como aconselha o presidente da República.

Nem todos os que saíram à noite, em São Bernardo, carregando 1.200 tochas para "acender a chama da produção, da dignidade e da esperança", na já memorável Vigília Cívica Contra a Recessão e o Desemprego, eram frustrados ex-mamadores das tetas governamentais. Certamente a maioria dos que se concentraram no portão 2 do Parque Ibirapuera, com o Movimento Resgata Brasil, protestando contra a recessão e a corrupção, fazendo um grande Painel da Indignação, não eram ignorantes econômistas de plantão, despeitados em relação aos colegas que ocupam gabinetes no Planalto. E, sem dúvida, os que antes lançaram, no auditório do Tuca, o movimento Opção Brasil, ou o Grito Contra a Miséria, dos Democratas Anônimos, não esperneavam contra a perda de empréstimos subsidiados, contra a falta de operações-hospital do BNDES ou a extinção das reservas de mercado.

O governador Fleury está pensando em iniciar uma grande mobilização, do tipo diretas-já, contra a política econômica do governo Collor. Entretanto, seria injusto fazer essa mobilização apenas contra a política econômica do governo, quando são tantos os motivos e tantas as forças que empurram lá para baixo a saúde, a vitalidade, a produtividade e o ânimo da so-



ciedade brasileira.

Essa mobilização deveria ser ampliada para atingir a corporativite aguda que tomou conta do Brasil, pela qual a maior parte dos grupos e setores se empenha numa disputa acirrada por privilégios, vantagens e "direitos adquiridos" que sufocam e marginalizam os cidadãos comuns. Deveria ser contra os que, na administração, jogam fora o dinheiro do contribuinte — ou o jogam dentro de determinadas caixinhas — por meio de licitações fraudulentas, compras superfaturadas, e depois se justificam, com a maior cara-de-pau, fingindo indignação, xingando a mãe — não se sabe se de outrem ou a própria —, lançando a culpa em inacreditáveis bodes expiatórios.

Essa mobilização não poderia se esquecer dos que, nas Casas Legislativas — federais, estaduais e municipais —, representando às vezes populações miseráveis, não se pejam em reajustar os próprios ganhos em proporções absurdas, acintosas, desconsiderando a carência de recursos públicos para a prestação de serviços essenciais, nos campos da saúde, educação, saneamento básico, habitação, transporte e tantos outros. E, dentro do espectro nefasto do corporativismo, não poderiam ser poupadados os detentores de privilégios imoralíssimos, tais como, por exemplo, o da famigerada "contribuição" de 1% dos emolumentos em todas as vendas de imóveis (e outros atos extrajudiciais) em favor da Associação Paulista dos Magistrados (Apamagis), para que esta mantenha luxuosos clubes recreativos à custa dos cidadãos comuns, até dos compradores de barracos.

É certo que não deveriam estar fora desse alvo de protestos aqueles empresários que de fato nunca souberam produzir sem as benesses oficiais dos subsídios, incentivos fiscais ou reservas de mercado. Pois, apesar do erro da generalização de Collor, eles existem mesmo. Mas essa mobilização só teria verdadeiro sentido se ampliada suficientemente, a ponto de atingir toda a desfaçatez galopante que assola o País.